

Livros

O Iraque nunca existiu?

Bruno Cardoso Reis

Mandato britânico desde 1922 e independente desde 1932, será o Iraque uma criação artificial do colonialismo britânico, mais um exemplo dos problemas surgidos com as soluções impostas pelos interesses das capitais (e dos capitais) europeias sem qualquer preocupação com as realidades do terreno? Estas são questões que surgem naturalmente no contexto actual, quando um poder externo, os EUA, parece determinado a refazer o Médio Oriente de acordo com os seus interesses.

A invenção inglesa

O Iraque existe há séculos como designação geográfica no árabe (os ocidentais preferiram o termo clássico de Mesopotâmia até ao século XX), para designar uma região indefinida em torno de Bagdad. Esta cidade mítica – cenário das Mil e Uma Noites – foi na Idade Média a sede do califado, ou seja, o centro do mundo islâmico. Eventualmente incorporada no Império Otomano, que também reclamou a posse do califado, a partir do século XVI ficou remetida a uma marginalidade bem mais marcada do que outras antigas capitais, como o Cairo ou Damasco. Durante o século XVIII e até aos esforços de centralização reformista do Império Otomano do início do século XIX, Bagdad foi dominada por uma das muitas pequenas dinastias locais que então proliferaram e que se assenhoreou também da província de Baçorá, a sul.

Em Mossul, no norte, dominou nessa época uma outra destas dinastia – curda, naturalmente. Porém, até ao desencadear da I Guerra Mundial, e apesar da impopularidade nas regiões árabes da estratégia de turquização dos Jovens Turcos (sobretudo a partir de 1913), nunca o domínio otomano sofreu uma séria contestação nesta região, por algo sequer remotamente semelhante a um movimento nacionalista. As fronteiras do Iraque vão, de facto, ser determinadas, em primeiro lugar, pelo avanço das forças britânicas, desembarcadas em Baçorá numa tentativa de abrir uma nova frente de combate contra a Sublime Porta, aliada de Berlim na I Guerra Mundial e; em segundo lugar, pelas jogadas diplomáticas das grandes potências em Paris, em 1919. Na conferência de paz de 1919, a diplomacia inglesa sente-se pouco condicionada pelo

acordo de 1916 com a França (conhecido por Sykes-Picot), em virtude de praticamente todo o Médio Oriente estar sob seu controlo militar. No Iraque, o seu grande objectivo foi assegurar-se de que se estenderia a norte até Mossul, cujas reservas petrolíferas eram consideradas demasiado importantes para serem sacrificados aos franceses, e que as forças britânicas tinham diligentemente ocupado no final da guerra.

A grande e inesperada resistência veio da forte reacção do nacionalismo turco, que sob a liderança do carismático e heterodoxo paxá Mustafá Kemal se opôs com determinação e grande sucesso aos planos aliados de partição da Anatólia, e cujo movimento insistia na posse de Mossul, a ponto das substanciais concessões obtidas dos aliados na paz de Lausanne terem quase sido rejeitadas em nome da recuperação manu militari da cidade. O realismo do fundador da Turquia moderna prevaleceu.

Os homens-chave: Faiçal e Saddam

Não foi apenas Atatürk e os turcos que perturbaram os arranjos imperiais europeus. Em 1916, as tribos (e oficiais e políticos) árabes começaram a revoltar-se contra o Império Otomano, em resposta a promessas britânicas de independência, feitas ao xerife de Meca, Hussein, da dinastia haxemita, que reclamava descendência da família do Profeta. O seu filho, Faiçal, deslocou-se à Conferência de Paz para reclamar o cumprimento desta promessa, mas em vão. Estes nacionalistas árabes olhavam com esperança para os EUA, então a potência anti-imperialista por excelência. Faiçal defendeu mesmo como um mal menor um mandato único para todo o Médio Oriente sob tutela norte-americana, que esperava fosse mais benévola e breve do que a francesa e britânica. O presidente Wilson não se mostrou interessado. Depois de um longo impasse, Faiçal acabou por tentar emular Atatürk e proclamou unilateralmente o reino da Arábia, em Damasco, em 1920, que acabou por ser derrotado, com facilidade, pelo contingente francês que havia desembarcado para tomar posse do Líbano e Síria. Mas, entretanto, nacionalistas iraquianos aliados de Faiçal tinham proclamado o seu irmão como rei de um Iraque igualmente independente. O que provoca uma revolta generalizada das tribos rurais, pouco conformadas com a passagem do domínio do califa turco, mas muçulmano, para o dos infiéis ingleses. A pacificação passou pelo emprego substancial de bombardeamentos aéreos, nomeadamente com armas químicas, compensando a fraqueza do contingente militar britânico, mas também pelo recrutamento do desmoralizado Faiçal para soberano de um novo reino do Iraque (o seu irmão recebeu a Jordânia como compensação, solução inventada por Churchill).

Faiçal I, apesar da fragilidade da sua posição, impôs condições: a sua eleição por plebiscito (como de costume na região, teve mais de 90% de votos favoráveis); e a garantia de independência a curto prazo – que, de facto, se concretizou formalmente em 1932. Rodeado de um grupo de antigos oficiais e políticos com experiência de serviço no aparelho otomano, foi este soberano a forjar verdadeiramente o novo Estado. Os seus dois sucessores foram menos eficazes e não muito mais populares, pelo que a mais poderosa das novas instituições estatais – o exército – acabou por dispensar o peso dos notáveis em geral, e da família real em particular, numa golpe sangrento, em 1958, na linha de Nasser. Este último, representante do pan-arabismo republicano, via os Haxemitas, pioneiros dessa corrente, como rivais a abater. Mas cedo qualquer possibilidade de coordenação com o Iraque foi afastada pela década e meia de golpes e contra-golpes que se seguiu. Primeiro com militares – Qasim e Arif – a dominarem a cena. Depois, muito rapidamente, após o golpe de 1968, prevaleceram conspiradores mais sangrentos do pequeno partido de vanguarda pan-arabista Ba'ath (Ressurgimento), e no seu seio, o clã de Takrit liderado por Hassan al-Bakr e em que cedo se destaca Saddam Hussein.

Saddam foi formada numa dupla escola. Enquanto jovem estudante foi ensinado a olhar para o Iraque como a Prússia do Mundo Árabe, potencial instrumento da sua unificação. Chegado à idade adulta, cedo revelou a sua capacidade de sobrevivência no reino cada vez mais perigoso da política iraquiana. Alcançado o poder, os seus grandes desafios acabaram por ser externos. O primeiro foi a guerra com o Irão, em que se assumiu como defensor dos árabes face à ameaça fundamentalista de Khomeini, à frente de uma militância xiita que apelava abertamente à revolta dos seus irmão iraquianos contra o secularismo do sunita Saddam. O segundo resultou da sua noção de que o Kuwait, decidido a recuperar os empréstimos que tinham, afinal, ajudado a subsidiar a sua defesa da ameaça iraniana, bem podia ser o ponto de partida do desafio há muito sonhado pelos pan-arabistas de eliminar as fronteiras definidas pelas potências europeias. Apesar de haver algum consenso de que o ditador iraquiano terá agido com a convicção, errada, de que contaria com a cumplicidade dos EUA, a partir de 1991 enfrentou o seu maior desafio – a hostilidade de Washington.

Conclusão

A grande questão actual é, portanto, se George W. Bush irá aceitar a responsabilidade que mesmo o seu antecessor, Woodrow Wilson, frequentemente acusado de idealismo imprudente, recusou, 80 anos atrás. E se o Iraque, enquanto Estado unificado, com a sua

curta história e crónica dificuldade em criar instituições sólidas, agravada pelo regime de poder pessoal extremo de Saddam Hussein, sobreviverá – e em que condições –, depois dos 18 meses de ocupação militar que os norte-americanos, aparentemente, consideram ser o necessário para o colocar no caminho certo..

Livros comentados neste artigo

C. TRIPP, *A History of Iraq*, (Cambridge: C.U.P., 2002)

O. BENGIO, *Saddam Hussein's World: Political Discourse in Iraq* (Nova Iorque: Oxford U. P., 2002)

K. MAKYA, *The Republic of Fear: The Politics of Modern Iraq*, 2^a ed. (Berkeley: University of California Press, 2002)

M. E. YAPP, *The Near East since the First World War: A History to 1995*, 2^a ed. (Londres: Longman, 1996)